

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 20

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita arrecada R\$ 195 bi e bate recorde em abril..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudança em taxa portuária pode reduzir custo de importação..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Depois de teto para ICMS, Lira negocia colocar em votação novos projetos..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redução do ICMS vem na direção correta, mas na velocidade errada - NELSON BARBOSA  
..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto que reduz ICMS deve sofrer resistência, avaliam senadores..... 8

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

ICMS: limite traz perdas de até R\$ 83,5 bi.....10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dia Livre de Impostos: pneu e gasolina terão descontos - CAPITAL S/A..... 11

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Saiba o que muda com projeto que limita ICMS nos Estados..... 13

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo do IR perto do fim e lote já disponível.....14

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Isenção de Imposto de Renda (Editorial)..... 15

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Créditos para pagar impostos.....16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria além do teto para servidor..... 17

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo para servidores aderirem ao Regime de Previdência Complementar é reaberto; veja  
como fazer..... 18

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

13º do INSS: veja quem recebe a segunda parcela nesta sexta.....19

Sexta-Feira, 27 de Maio de 2022

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**INSS acumula 1,1 milhão de perícias e dará benefício só com atestado** ..... 20

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Congresso corre contra o tempo para avançar em agenda no ano eleitoral - FOLHA POLITICA**  
..... 21

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Aprovada MP que fixa o salário mínimo de R\$ 1.212**..... 22

JORNAL SUPER NOTÍCIA - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Caderneta de poupança - MEU DINHEIRO**..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Reajuste de 15,5% nos planos de saúde vai afetar 8 milhões de contratos**..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Dólar recua 1,2% e vai a R\$ 4,76 com bom humor nas Bolsas dos EUA**..... 26

O POPULAR - GO - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Regulamentação do mercado cripto (Artigo)**..... 27

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Duas federações são aprovadas**..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Fome de crescimento (Editorial)**..... 31

# Receita arrecada R\$ 195 bi e bate recorde em abril

A **Receita Federal** arrecadou um total de R\$ 195 bilhões em abril e bateu recorde de arrecadação. O dado foi potencializado pelo crescimento das arrecadações obtidas por meio de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). O desempenho arrecadatário é o máximo desde o início da série histórica, em 1995, tanto para o mês de abril quanto para os primeiros quatro meses do ano.

Os dados foram divulgados nessa quinta-feira (26/05) pelo Ministério da Economia. No primeiro quadrimestre do ano acumulado, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 743,2 bilhões, o que representa um avanço de 11,05% pelo IPCA, também potencializado pelo crescimento dos recolhimentos, principalmente de IRPJ e CSLL.

As arrecadações com IPRJ e CSLL totalizaram R\$ 48,104 bilhões em abril. O montante representa crescimento real de 21,53%. A Receita explica que esse desempenho se deve ao aumento de 36,11% na arrecadação da estimativa mensal; de 12,24% na arrecadação do balanço trimestral; e de 11,39% na arrecadação do lucro presumido. "Importante observar que houve pagamentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 3 bilhões, por empresas ligadas ao setor de commodities", ponderou o Fisco.

Com acréscimo real de 7,69%, a arrecadação da Receita Previdenciária ficou em R\$ 42,6 bilhões.

## Avanços

Os Rendimentos de Capital (IRRF) tiveram arrecadação de R\$ 5,96 bilhões, o que representa acréscimo real de 61,93%. O resultado se deve aos acréscimos nominais de 390% nas arrecadações via fundos de renda fixa; e ao aumento de 133% nas arrecadações via aplicações de renda fixa, tanto para pessoas físicas como para jurídicas.

De acordo com o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, os principais fatores macroeconômicos que influenciaram os resultados de abril, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, foram a produção industrial "na qual tivemos redução na ordem de 2,48%; a venda de bens, que teve desempenho positivo de 4,5% em relação ao ano

anterior; e a venda de serviços, que ficou na casa de 11,4%".

## Quadrimestre

Nos primeiros quatro meses do ano, IPRJ e CSLL arrecadaram R\$ 196,69 bilhões, o que representa avanço de 22,57%. A Receita explica que esse desempenho se deve aos acréscimos reais de 84,46% na arrecadação relativa à declaração de ajuste; e de 19,19% na arrecadação da estimativa mensal.

Já a arrecadação via Receita Previdenciária nos quatro primeiros meses do ano ficou R\$ 170,9 bilhões, acréscimo real de 4,77%, resultado que pode ser explicado pelo aumento da massa salarial decorrente da criação de novos postos de trabalho e pelo aumento real de 22% na arrecadação do Simples Nacional, na comparação com o mesmo quadrimestre de 2021.

De janeiro a abril de 2022, o imposto obtido via rendimentos de capital (IRRF) arrecadou R\$ 22,56 bilhões (acrécimo real de 46,49%), resultado obtido graças aos acréscimos nominais de 316% na arrecadação com fundos de renda fixa; e de 125% com aplicações de rendas fixas.

**Site:** <http://www.oestadoce.com.br/digital>

# Mudança em taxa portuária pode reduzir custo de importação

O governo prepara uma nova redução do custo de importação.

Decreto em fase final de elaboração pelo Ministério da Economia vai retirar o custo da taxa de capatazia (cobrada sobre a movimentação de cargas nos portos) da incidência do Imposto de Importação.

A medida representará, na prática, redução de 10% do imposto, segundo apurou o Estadão.

Para os técnicos da área de comércio exterior do Ministério da Economia, essa redução de custo seria o equivalente à terceira rodada de abertura comercial e resulta em corte de cerca de 1,5 ponto porcentual da tarifa de importação, de 11,6% em média.

Diferentemente de seus pares no Mercosul, o Brasil cobra todos os **impostos** e taxas de importação incluindo no seu cálculo a taxa de capatazia.

A taxa é cobrada sobre as atividades realizadas durante a movimentação da mercadoria do navio até a passagem pela alfândega. Esse processo ocorre após a verificação da **Receita Federal**, e inclui descarregamento do navio, recebimento, conferência, transporte, abertura, manipulação, organização, entrega e carregamento nos meios de transporte.

Nesta semana, o governo anunciou a redução de 10% de alíquotas do Imposto de Importação sobre produtos como feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção, com validade até 31 de dezembro de 2023. Em novembro do ano passado, os Ministérios da Economia e das Relações Exteriores já haviam anunciado corte de 10% das alíquotas de 87% da pauta comercial, excluindo bens como automóveis e sucoalcooleiros, que têm tratamento próprio.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Depois de teto para ICMS, Lira negocia colocar em votação novos projetos

**MARLLA SABINO**

Depois da aprovação de projeto que estabelece um teto de 17% para o ICMS, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), já montou uma estratégia para colocar em votação outras propostas que possam mexer nos preços da energia. Na mira, por exemplo, está usar o valor de impostos que foram cobrados indevidamente de consumidores para abater o valor das tarifas.

A proposta que Lira prometeu levar ao plenário, já aprovada pelo Senado, determina que esses recursos, que somam R\$ 60 bilhões, sejam devolvidos aos consumidores integralmente. Eles são referentes à cobrança de ICMS na base de cálculo de PIS/Cofins e foram pagos a mais nas contas de luz nos últimos anos - algo que o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu como indevido. Dos R\$ 60 bilhões de créditos gerados com a decisão, R\$ 48,3 bilhões estão habilitados pela Receita Federal, sendo que R\$ 12,7 bilhões já foram revertidos para atenuar reajustes tarifários nos últimos anos.

A discussão na Câmara pode pôr fim a um debate no setor elétrico, e que ainda não foi definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). De um lado, estão os que defendem que todos os recursos sejam usados para reduzir reajustes, mas há também no setor quem acredite que as distribuidoras devem ficar com parte da verba. O relator do texto na Comissão de Minas e Energia, Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), afirmou que é necessário avaliar detalhes sobre quem pagou indevidamente e terá direito ao ressarcimento.

A previsão é de que o parecer seja entregue na próxima terça-feira.

**BANDEIRA TARIFÁRIA.** Lira também acertou com líderes partidários a votação de um projeto que proíbe a cobrança de ICMS sobre as bandeiras tarifárias de energia. A cobrança do imposto estadual sobre as bandeiras chegou a ser questionada, inclusive, pelo presidente Jair Bolsonaro no ano passado, quando o mecanismo foi acionado devido à grave crise hídrica.

Para o ex-diretor da Aneel Edvaldo Santana, as medidas podem fazer a conta de luz baixar, mas temporariamente, já que não alteram os custos de

geração, transmissão, distribuição da energia e encargos, que seguem em trajetória de alta.

"O setor elétrico precisa de mudanças estruturais, de modo a tornar racional a formação dos custos e das tarifas", disse.

Bolsonaro sinaliza que pode vetar compensação aprovada por deputados

O presidente Jair Bolsonaro criticou ontem a previsão de compensação financeira para os Estados e os municípios que tiverem perda de arrecadação com o teto de 17% para o ICMS sobre os combustíveis e energia elétrica. A medida faz parte de proposta aprovada na noite de quarta-feira pela Câmara. Bolsonaro indicou que, se o texto passar também no Senado, pode até vetar o trecho.

"Emendaram para o governo federal compensar possíveis perdas. Aí não tem cabimento", declarou o presidente a jornalistas na saída de uma igreja em Brasília. "Se for aprovado no Senado, vou ver qual a opinião da Economia para sancionar ou vetar."

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Redução do ICMS vem na direção correta, mas na velocidade errada - NELSON BARBOSA

**NELSON BARBOSA**

As alíquotas de ICMS sobre gasolina, energia e telefonia são exageradas e precisam cair. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, fez certo em colocar o assunto em discussão.

As alíquotas de ICMS sobre itens de utilidade pública são altas há muito tempo e, portanto, elas não explicam o recente repique da inflação de energia e combustível. Lira está errado em tentar baixar o tributo rapidamente.

Ficou confuso? Normal, pois o assunto mistura choque externo, barbearagem de Temer e Bolsonaro e tributação abusiva dos estados.

Tributos indiretos são mais simples de arrecadar do que tributos diretos. No passado, os impostos se concentravam sobre alguns produtos, geralmente importados. A tradição vem desde dom João 6º, mas a atual estrutura do ICMS foi criada nos anos 1960, pelo regime militar.

Teoricamente a alíquota de ICMS deveria ser de 18%, mas vários estados praticam 25% ou mais sobre serviços industriais de utilidade pública, que, por sua vez, respondem por quase metade da arrecadação estadual sobre bens e serviços.

A alíquota é "por dentro". Quando o ICMS corresponde a 25% do preço ao consumidor, o tributo coloca o preço de venda 33% acima do preço de produção (25/75), uma carga tributária excessiva.

Como o ICMS é um imposto sobre valor adicionado (IVA), ele não pesa muito para grandes empresas, que podem abater o tributo pago na compra de insumos do tributo devido na venda de seus produtos. A carga é mais elevada sobre pequenas empresas e famílias, especialmente a classe média.

A maioria dos estados tem alíquotas elevadas de ICMS sobre gasolina, energia e telefonia. A lógica é de meados do século passado, quando ter carro, luz e telefone era coisa de rico. Hoje esses itens são de uso popular e devem ser desonerados. A questão é em

quanto e em que velocidade.

Recentemente o STF decidiu que os estados não podem cobrar ICMS mais alto sobre energia. A alíquota deve ser a mesma sobre os demais bens e serviços. Porém, como a decisão gera perda de receita para os estados, o STF achou melhor modular o impacto da medida. Atendendo a um pedido dos governadores, a desoneração ficou para 2024.

O prazo concedido pelo STF dá tempo para o próximo governo encaminhar a questão no âmbito da reforma dos tributos indiretos, aquela que substitui PIS, Cofins, ICMS e ISS por uma contribuição federal (CBS) e um imposto estadual e municipal (IBS) sobre bens e serviços.

O problema é que no meio do caminho apareceu o voluntarismo de Lira para compensar as barbearagens de Temer e Bolsonaro na regulação de energia (custo das usinas térmicas emergenciais) e combustível (o PPI da Petrobras). Para reduzir temporariamente a inflação, o centrão corre para cortar o ICMS antes da eleição.

A causa é correta. A afobação não. Uma desoneração rápida e substancial pode criar um problema fiscal sério para os estados em 2023, com impacto também na União, que sempre acaba compensando governadores.

Dado que o próprio STF já reconheceu que é preciso ir devagar no assunto, sugiro que o Senado elimine o ICMS abusivo sobre itens essenciais como os deputados aprovaram, com alguma redução imediata, mas prazo de transição maior do que "antes de 2 de outubro para ajudar Bolsonaro".

O ideal seria revisar o ICMS abusivo no âmbito da reforma da tributação indireta, mas a obsessão de Guedes com a CPMF e o desgoverno Bolsonaro travaram o processo. Agora resta avançar no que é possível. O fim do ICMS abusivo é possível e está na direção correta. Falta ajustar a velocidade.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

**24&anchor=6456624&pd=d7e420a21b9675642da32b3a2b  
1104ed**

# Projeto que reduz ICMS deve sofrer resistência, avaliam senadores

**Renato Machado e Fábio Pupo**

Defendido pelo governo como uma resposta para o aumento de preços no país, o projeto que cria um limite para a tributação estadual sobre itens como energia e combustíveis deve passar por uma tramitação lenta no Senado.

A visão entre líderes da Casa sobre a proposta aprovada pela Câmara nesta quarta-feira (25) é que o rombo provocado pelo texto nos cofres regionais vai ser alto. Por isso, a expectativa deles é de forte pressão dos estados -que já falam em "fulminar" o texto.

O projeto aprovado pela Câmara classifica combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo como bens e serviços essenciais. Com isso, valeria entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que limita a incidência do imposto a esses itens a uma faixa de 17% a 18% -provocando um rombo de até R\$ 83,5 bilhões para os governadores neste ano.

O líder do PSDB, Izalci Lucas (DF), diz que a proposta não vai ser aprovada na Casa com a mesma rapidez do processo na Câmara e que a posição dos estados influenciará de forma significativa as decisões.

"Na prática, quem representa os estados é o Senado, a casa da federação. Então a decisão do Senado deverá considerar a posição dos governadores. Eu vi um impacto muito grande em alguns estados." "Esse debate [mudanças nos **tributos** estaduais] já aconteceu no Senado antes de ir para a Câmara [em referência a um projeto anterior, que buscava mudar regras de ICMS sobre combustíveis]. Havia a questão da interferência na autonomia dos estados, mas principalmente deverá ser levado em conta o impacto disso nos estados", completa.

Izalci ainda acrescenta que o Senado não deve aprovar apenas uma saída paliativa e deve preferir medidas estruturais. E também afirma que a proposta no Senado deve prever uma compensação mais robusta para os governadores, caso seja colocada em votação.

Na mesma linha, o líder do Podemos, Álvaro Dias (PR), afirma que haverá uma forte reação dos

governadores. "O projeto terá forte reação dos governadores e é natural. O Paraná, por exemplo, terá um rombo de R\$ 6,2 bilhões, 20% do total da receita do estado. Então é natural que os governadores resistam à aprovação desse projeto", afirmou.

Por outro lado, Dias acrescenta que, mesmo o projeto sendo alvo de críticas e apresentando pontos polêmicos, seria muito difícil para um parlamentar votar contrariamente a partir do momento que a proposta for colocada para apreciação.

"Para um parlamentar, é muito difícil ficar contra o limite de imposto. Por quê? Porque a carga tributária é muito pesada. Esse é o discurso de sempre, não é? Agora, como não há uma **reforma tributária** abrangente, simplificadora, que tribute menos no consumo e mais na renda, nós ficamos sujeitos a esses remendos, e vamos a cada passo desorganizando ainda mais o nosso sistema tributário", completou Dias.

O líder da minoria, Jean Paul Prates(PT-RN), também afirma que a perspectiva em relação ao projeto aprovado na Câmara é de "prejuízo grave às contas dos estados".

O parlamentar petista foi o relator da proposta que previa a criação da conta de compensação, cujos recursos seriam usados para minimizar o impacto das flutuações dos preços dos combustíveis. Prates diz que a Câmara dos Deputados engavetou a proposta e na sequência "tenta tirar soluções da cartola". Também afirma que mudanças serão promovidas no texto vindo da Câmara, para evitar danos maiores aos estados.

"Vamos tentar aprimorar o projeto no Senado. O pior dos mundos é que seja realizado esse saque aos orçamentos estaduais e o corte não chegue ao consumidor, apenas ampliando a margem de lucro das cadeias produtivas", afirma.

"Lamentavelmente estamos observando o Congresso pôr a perigo a provisão de serviços públicos no país inteiro com o único objetivo de avalizar o projeto político de reeleição do presidente", completa.

Pacheco diz que o texto parece ser uma proposta "inteligente" para a redução dos preços, mas afirmou



que vai buscar ouvir os governadores. Os estados prometem até mesmo ir ao STF para barrar a proposta.

"A intenção do Congresso Nacional, Câmara e Senado, é buscar soluções inteligentes, efetivas para a redução dos preços dos combustíveis e, uma vez votado na Câmara, até por respeito pela Câmara dos Deputados, nós daremos toda atenção ao projeto." O presidente do Senado disse que vai conversar com líderes para bater o martelo se a proposta vai passar por comissões da Casa ou se vai direto para votação em plenário.

"Não queremos sacrificar nenhuma das partes, nem o governo federal, nem os estados, nem a Petrobras. Mas o consumidor não pode ser sacrificado. Então, nesse critério de prioridade, nós temos que dar essa prioridade aos consumidores, mas construir uma solução através dessa busca de consciência e a participação dos governadores é fundamental", completou.

Os estados veem o projeto como inconstitucional e dizem que a saída encontrada pelo governo e pela Câmara não vai resolver o problema.

Felipe Salto, secretário de Fazenda do estado de São Paulo, afirma que o projeto é uma aberração. "Ele é inconstitucional e não resolve o problema. O preço do combustível está aumentando, mas não é pelo ICMS. É porque o petróleo está subindo", afirma.

Na próxima segunda-feira (30), secretários estaduais de Fazenda vão se encontrar com Pacheco para tentar barrar o projeto.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49924&anchor=6456624&pd=d7e420a21b9675642da32b3a2b1104ed>**

# ICMS: limite traz perdas de até R\$ 83,5 bi

ACâmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira um projeto que limita a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, um tributo estadual) sobre combustíveis, energia, gás natural, comunicações e transportes coletivos, o PLP 18/22. A proposta agora vai para o Senado, mas o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) alerta que a medida pode ocasionar uma perda entre R\$ 64,2 bilhões e R\$ 83,5 bilhões na arrecadação.

A aprovação se deu a partir de um esforço do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para reduzir o preço da energia elétrica e dos combustíveis em ano eleitoral. O regime de urgência para a proposta foi aprovado na semana passada pelo plenário da Casa.

Impactos da medida Mas apesar da aprovação, a medida pode acarretar em outros impactos econômicos. Segundo o secretário da Fazenda de Pernambuco e presidente do Comsefaz, Décio Padilha, com a limitação, o projeto se torna prejudicial para os estados, já que precisam repassar 12% e 25% para saúde e educação, respectivamente.

Além disso, do total da arrecadação do tributo, 25% é repassado para os municípios.

"Questão importante é que todo esse sacrifício não vai resolver o problema da inflação, dos combustíveis.

O diesel é responsável por 81% de tudo que é transportado no País. Todo aumento deste ano da Petrobras, mesmo com o ICMS congelado por seis meses, mostra que o imposto não tem interferência.

Não se pode resolver algo estrutural de forma rápida, sem reforma tributária", disse.

Décio Padilha também assegurou que o preço do combustível não sofrerá alterações, fazendo com que a medida não seja eficiente

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2126/27-05-2022/>

# Dia Livre de Impostos: pneu e gasolina terão descontos - CAPITAL S/A

## CAPITAL S/A

Falta pouco para a realização do 16º Dia Livre de **Impostos** (DLI). Na próxima quinta-feira, lojistas de todo o país vão comercializar produtos e serviços sem repassar o valor da tributação aos clientes. A ação é realizada pela Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem com o intuito de conscientizar a população e o varejo sobre a alta carga tributária paga no país. O consumidor poderá adquirir com desconto desde pneus, serviços automotivos e gasolina a produtos de farmácia e de supermercado. O símbolo do movimento é o impostossauro, o monstro engolidor de dinheiro.

### Litro a R\$ 5

Com o alto preço da gasolina, uma participação que prevê atrair muita gente é a do posto Jarjour. Vai oferecer 10 mil litros de combustível livres de **impostos**, na 206 norte. Ou seja, a R\$ 5 o litro. Cada carro terá limite de 20 litros.

### Ação inédita

A Champion Car Service também terá produtos e serviços sem tributação no SIA. Pela primeira vez, pneus poderão ser adquiridos com mais de 35% de desconto. Em alguns modelos, este percentual pode significar economia de mais de R\$ 1 mil ao consumidor.

### Mobilização

Para o coordenador da CDL Jovem DF, Hugo Leite, o DLI em 2022 é um marco na volta às atividades presenciais após a retomada do setor. "Este ano, conseguimos mobilizar lojistas que vão participar de forma inédita", celebra. O empresário e toda a diretoria jovem da entidade se mobilizaram para realizar uma grande ação com os comerciantes na próxima quinta-feira.

### Participação

As lojas Puket, TipTop, Bibi, Picadilly, Óticas Nacional, Drogafuji, Vulcão da Borracha, supermercado Ultrabox, no Gama, entre outras empresas, também participam do movimento, vendendo alguns itens com até 30% de desconto. A lista completa por estado pode ser consultada no site

<https://dialivredeimpostos.com.br/>.

### Sindivarejista marca presença no Gama

Mais de duas mil pessoas são esperadas no programa Sindivarejista nas Satélites, que o sindicato promove hoje e amanhã, no estacionamento do estádio Bezerrão, no Gama, a partir das 9h. "Vamos apresentar ao empresariado e a comerciantes os programas do sindicato, do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço de Aprendizagem Comercial (Senac), que são essenciais para o bom funcionamento das lojas", explica o presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta.

### Melhores condições

Ele esteve com os lojistas do Gama Farid Nafé e Donizete Resende (foto) explicando as metas do projeto, a ser levado a todas as regiões fora do Plano Piloto, ao longo dos próximos sete meses. "Estamos trabalhando para melhorar as condições do varejo em todo o DF", diz Abritta.

### Encontro de grafiteiras na Infinu

De hoje até domingo, ocorre o Encontro de Grafiteiras e Tatuadoras no DF, o The Flash, a partir das 19h, no espaço Infinu, na 506 Sul. O projeto incentiva a ocupação pelas mulheres artistas, grafiteiras e tatuadoras no cenário cultural local, além de revitalizar uma das avenidas mais emblemáticas da nossa cidade. A W3 sul ganhou seis murais de grafite. Desde o início de maio, o grupo de artistas, com apoio do FAC e da CDL, produziram com grafite painéis na avenida. O evento deste final de semana conta com atividades diversas: flash day tattoo, flash piercer, feira de produtos e de arte, roda de conversa e música.

### Investimento em Águas Claras

A Conbral lançou seu mais novo empreendimento em Águas Claras: o Square Garden Home Mall. O evento de inauguração foi no sábado, nas dependências do prédio, na Rua 27 Norte com Avenida Castanheiras. O residencial conta com 72 apartamentos de três quartos com suítes que vão de 101m<sup>2</sup> até 168,88m<sup>2</sup>, em acabamento luxuoso. Teve a presença de lideranças da construção civil na capital federal.

## Primeiro habite-se

"Desde o primeiro habite-se de Águas Claras, em junho de 1996, que foi de uma obra realizada pela Conbral, já entregamos 1.661 unidades. Nos orgulhamos em fazer parte da história desta cidade que vem crescendo estruturada, entregando a seus moradores inigualável qualidade de vida", destacou Paulo Muniz, diretor da construtora.

# Saiba o que muda com projeto que limita ICMS nos Estados

Texto cria uma alíquota máxima para combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes coletivos. Projeto poderá reduzir o custo da gasolina nas bombas, diz Danilo Forte, autor da proposta.

em números absolutos, quase 50%", afirmou o deputado Elmar.

**Site:** <http://www.oestadoce.com.br/digital>

A Câmara aprovou nesta 4a feira (25. mai. 2022) o projeto de lei que define um teto de 17% para o ICMS de combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes coletivos. Com a aprovação, a proposta segue para o Senado.

O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é um tributo estadual que representou 86% da arrecadação dos Estados em 2021, ou R\$ 652 bilhões. O projeto visa reduzir os preços dos produtos considerados essenciais aos brasileiros, como gasolina, diesel e conta

de luz, que impulsionaram a **inflação** do país nos últimos meses. As mudanças reduzem, porém, a arrecadação dos Estados com o tributo. O texto é defendido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Para ele, segurar os preços é "essencial" para "proteger a população". Os custos dos combustíveis foram pressionados depois da guerra entre Ucrânia e Rússia.. O deputado federal Danilo Forte (União Brasil--CE) é o autor do projeto. Ele afirmou que o texto pode reduzir a conta de luz em aproximadamente 11% e a gasolina de 9% a 12% na bomba. Os Estados declaram, porém, que haverá uma perda arrecadatória de R\$ 100 bilhões. O relator do projeto, deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) colocou no texto uma garantia de compensação aos Estados e municípios que perderem mais de 5% da arrecadação com o projeto. Será feita por meio do abatimento da dívida dos entes

com a União. O governo federal cobre o percentual de prejuízo pelo período de 6 meses até dezembro de 2022. Estados em recuperação fiscal, como Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul teriam uma compensação automática. Segundo o relator do projeto, o Ministério da Economia defende que os Estados e os municípios não terão perdas de receita. O dinheiro que a população deixou de pagar com o ICMS desses **tributos** será gasto em outros produtos que têm incidência do ICMS. "Não há perda de arrecadação, que está crescendo em números absolutos [...] Se os Estados estivessem aplicados no ano passado, a perda seria zero. Os Estados subiram,

# Prazo do IR perto do fim e lote já disponível

Ao mesmo tempo que vai chegando ao fim o prazo da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2022 base 2021, neste mesmo dia da data limite, 31 de maio, também estará disponível o primeiro lote de restituição. A consulta pode ser feita no site da **Receita Federal**. Os próximos lotes a serem pagos estão agendados para 30 de junho, 30 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro. Quanto à declaração, o contribuinte deve fazer a entrega até a próxima terça. Mais de 2 milhões de pessoas fizeram o envio no Rio Grande do Sul, mas a expectativa é de 2,4 milhões de documentos. No país são 27,9 milhões de documentos de um total de 34,1 milhões previstos.

Quem não cumprir o compromisso no prazo estará sujeito a multa de 1% ao mês sobre o valor do imposto devido, limitado a 20% do valor do tributo. E o mínimo a ser pago é de R\$ 165,74. Entre outros requisitos, deve declarar quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2021 e aqueles que receberam mais de R\$ 40 mil em rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte. No site <https://www.gov.br/rec-e-itaferal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda> há mais informações.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10351>

# Isenção de Imposto de Renda (Editorial)

O Imposto de Renda (IR) é um dos **tributos** mais importantes, refere-se a imposto federal, e, como o próprio nome menciona, incide sobre a renda dos brasileiros. Ou seja, a declaração deve ser feita com base nos rendimentos que você ganhou durante o ano anterior.

Então, devem declarar em 2022 os contribuintes que perceberam valores acima de R\$ 28.559,70, ou aqueles que tiveram imposto retido na fonte em 2021.

Apesar disso, como alguns cidadãos são obrigados a pagar o Imposto de Renda, outros têm a garantia do benefício da isenção do imposto.

Embora muitos contribuintes não tenham o conhecimento das informações, a Lei 7.713, de 1988, que regulamenta o pagamento e a declaração do Imposto de Renda no Brasil, estabelece quais são as pessoas que têm direito à isenção.

Ainda, ao contrário do que muitos pensam, a isenção do pagamento do Imposto de Renda por idade não existe. O fato é que aposentados, pensionistas, militares reformados e beneficiários da previdência privada - todos com mais de 65 anos - garantem uma isenção parcial do tributo.

No entanto, há isenção por portabilidade de doença grave, uma das informações menos conhecidas da Lei 7.713/88 é o direito de isenção do pagamento do Imposto de Renda por portabilidade de moléstia grave. Ainda, vale lembrar que a isenção do imposto de renda é destinada, exclusivamente, para rendimentos de aposentadoria e pensão. Ou seja, os rendimentos de trabalho assalariado e os rendimentos de aluguéis, por exemplo, não estão isentos por essa modalidade de isenção.

Para garantir a isenção os contribuintes diagnosticados com tais condições devem ser: aposentados, pensionistas, militares reformados ou beneficiários da previdência privada e além disso, é necessário entender quais doenças se enquadram na categoria: Tuberculose ativa; Síndrome de Talidomida; Paralisia irreversível e incapacitante; Neoplasia maligna; Hepatopatia grave; Nefropatia grave; Hanseníase; Fibrose cística; Espondiloartrose anquilosante; Esclerose múltipla; Doença de Parkinson; Doença de Paget em estágios avançados; Cardiopatia grave; Cegueira; Contaminação por radiação; Alienação mental e Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

Apesar de ser um direito, essa isenção do pagamento do Imposto de Renda por moléstia grave não é concedida aos contribuintes de forma automática e por isso é necessário dar entrada ao processo nos órgãos de previdência, de forma autônoma ou com o auxílio de profissionais capacitados.

**Site:** <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=4733>

# Créditos para pagar impostos

Edição do Diário Oficial do Distrito Federal de ontem trouxe a publicação do Decreto nº 43.362, que regulamenta o uso dos créditos do programa Nota Legal para abater valor de débitos em vencimento, ou já vencidos, decorrentes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Os contribuintes já fazem uso do benefício desde janeiro de 2021, quando se aplicou a Lei 6.495, de 7 de fevereiro de 2020, autorizando o uso dos créditos para abatimento dos valores de débitos decorrentes do IPTU e IPVA.

Este ano, as indicações para débitos do IPTU de exercícios anteriores chegam a R\$ 904.950,58.

E, para IPVA, contabilizam R\$ 739.556,42. Os dados podem ser acompanhados no site da Receita do DF. Basta clicar na ferramenta Notômetro.

Vale ressaltar que o uso dos créditos para abater **impostos** relativos a veículos e imóveis devem ser em nome do contribuinte, ou seja, não é possível transferir os créditos para terceiros.

O próximo sorteio do Nota Legal será realizado no dia 28 de junho. A Secretaria de Economia divulgou a data referente ao sorteio do primeiro semestre de 2022, no dia 18 de maio.

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-09a7ae5955da82295abd34ba63761291.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-09a7ae5955da82295abd34ba63761291.pdf)



# Aposentadoria além do teto para servidor

Em um gesto para agradar servidores, o presidente Jair Bolsonaro, que disputa a reeleição, reabriu o prazo para que a categoria possa migrar para o fundo de pensão. Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público (Funpresp).

A medida agrada funcionários públicos porque a reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019, tornou as regras da aposentadoria mais duras.

O novo prazo termina no dia 30 de novembro, segundo medida provisória publicada no Diário Oficial da União da última quinta-feira. Estima-se que 290 mil servidores federais atendam os requisitos exigidos para mudança de regime.

No Espírito Santo, a estimativa é que sejam cerca de 5.800. A última data para a migração ocorreu em 29 de março de 2019. Quem não fez a opção apostou que não seria afetado pelas mudanças nas regras da aposentadoria.

Esse era um pleito da categoria. Desde que o Funpresp foi criado, em 2013, houve três oportunidades de migração para o novo regime. Essa é a quarta. Ao todo, 18 mil servidores aderiram, segundo dados oficiais. A expectativa é que agora haverá maior interesse. A reabertura do prazo foi proposta pelo Ministério da Economia, segundo técnicos do governo.

No curto prazo, a União terá perda na arrecadação com a nova migração dos servidores do regime próprio para a previdência complementar. Porém, isso pode ser compensado no futuro.

Quem faz a opção recebe um benefício equivalente ao teto do Regime Geral de Previdência (**INSS**), hoje em R\$ 7.087,22, e um valor complementar, que depende do rendimento das reservas.

Além disso, os servidores que migrarem ganham um benefício especial, calculado em cima das contribuições recolhidas acima do teto do **INSS**. A MP faz uma adaptação à reforma da Previdência e reduz um pouco o valor desse benefício.

Atualmente, há dois fundos de **previdência complementar** da União: dos servidores do Executivo, que abrange Legislativo e Tribunal de Contas da União (TCU), e do Judiciário com Ministério Público.

Os servidores que ingressaram no serviço público

após a criação da aposentadoria complementar já estão enquadrados no novo regime.

**SAQUE DA APOSENTADORIA:** União terá perda na arrecadação com a nova migração dos servidores

**INSS** paga atrasados a mais de mil

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão receber R\$ 1,26 bilhão em atrasados em todo o País. Esse dinheiro vai quitar dívidas previdenciárias e assistenciais, como revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, de 63.522 processos. As ações foram julgadas em abril passado, e não cabem mais recursos.

Para os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, área do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), o Conselho da Justiça Federal (CJF) destinou R\$ 99,5 milhões para quitar dívidas

de processos judiciais que vão beneficiar 6.290 pessoas. O anúncio da liberação foi feito na terça-feira (dia 24) pelo conselho.

A estimativa é que 20% desse total sejam moradores do Espírito Santo. São cerca de 1.200 no Estado. Procurado, o TRF-2 explicou que "a praxe é que o dinheiro seja depositado no mês seguinte ao da liberação (no caso, junho) e esteja disponível para saque a partir do quinto dia útil do mês subsequente ao do depósito (julho)".

É importante destacar que o pagamento desses atrasados é feito via Requisições de Pequeno

Valor (RPVs), que são ordens de pagamento limitadas a 60 salários mínimos (R\$ 72.720). Esse dinheiro é depositado em contas abertas pelo próprio Tribunal no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal em nome do ganhador da ação. Herdeiros do beneficiário da ação têm o direito de receber os atrasados.

"Cabe a cada Tribunal regional estabelecer o cronograma de pagamentos das RPVs", informou o Conselho da Justiça Federal.

As consultas dos valores a receber podem ser feitas nas páginas dos respectivos tribunais na internet.

# Prazo para servidores aderirem ao Regime de Previdência Complementar é reaberto; veja como fazer

## Por g1

Quem é servidor público federal e ingressou na administração pública antes de 4 de fevereiro de 2013 tem uma nova oportunidade de optar pelo Regime de **Previdência Complementar** (RPC).

A Medida Provisória nº 1.119, de 25 de maio de 2022, publicada nesta quinta-feira (26) no Diário Oficial da União, reabre até 30 de novembro de 2022 o prazo para migração do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) para o RPC.

Essa é a primeira oportunidade de migração concedida após a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que instituiu alíquotas de contribuição maiores para os servidores do Regime Próprio.

Desde que o Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público Federal (Funpresp) foi criado, em 2013, houve três oportunidades de migração para o novo regime. Essa é a quarta. Ao todo 18 mil servidores aderiram.

## O que muda?

A decisão de migração é voluntária para cada servidor, mas a mudança, uma vez efetuada, tem caráter irrevogável e irretratável. Cada servidor deve avaliar sua trajetória profissional, sua remuneração, quanto tempo falta até sua aposentadoria, expectativa de permanência no serviço público e idade para verificar se a migração é vantajosa ou não.

Quem faz a opção recebe um benefício equivalente ao teto do Regime Geral de Previdência (**INSS**), hoje em R\$ 7.087,22, e um valor complementar, que vai depender do rendimento das reservas.

Além disso, os servidores que migrarem ganham um benefício especial, calculado em cima das contribuições recolhidas acima do teto do **INSS**.

Atualmente, há dois fundos de **previdência complementar** da União: dos servidores do Executivo, que abrange Legislativo e Tribunal de Contas da União

(TCU), e do Judiciário com Ministério Público.

Os servidores que ingressaram no serviço público após a criação da aposentadoria complementar já estão enquadrados no novo regime.

## Como migrar

A migração deve ser feita pelo Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe) do governo federal. Acesse o Portal do Servidor e clique em 'Servidores e Pensionistas'. Após o login no sistema, selecione no menu a opção 'Previdência'. No mesmo link é possível simular a migração.

Também é possível acessar o Sigepe diretamente através deste link. Na área de trabalho do Sigepe, o item de menu "Previdência" deverá ser selecionado e, em seguida, o servidor deverá clicar na opção "Gerenciar Plano" e escolher "Optar por Vinculação ao RPC".

Para esclarecer as informações sobre a adesão à Funpresp, os servidores podem agendar um atendimento virtual ou presencial pelo telefone 0800 282 6794.

## Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/27/prazo-para-servidores-aderirem-ao-regime-de-previdencia-complementar-e-reaberto-veja-como-fazer.ghtml>

# 13º do INSS: veja quem recebe a segunda parcela nesta sexta

*Por Renata Baptista, g1*

Mais de 31 milhões de segurados já receberam a primeira parcela adiantada do 13º. - Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) paga, nesta sexta-feira (27), a segunda parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas que recebem 1 salário mínimo e possuem NIS final 3.

Os segurados que recebem 1 salário mínimo e possuem o NIS com finais 1 e 2 já tiveram os recursos liberados na quarta e na quinta-feira.

NIS: o que é e como consultar o número

Para os demais aposentados e pensionistas, os pagamentos serão feitos de forma escalonada, até 7 de junho, junto com os benefícios referentes a maio.

Confira abaixo os calendários de pagamento:

13º do **INSS** - 1 salário mínimo - Foto: Economia g1

13º do **INSS** - para quem recebe acima de 1 salário mínimo - Foto: Economia g1

De acordo com o **INSS**, mais de 31 milhões de segurados receberam a primeira parcela, que foi paga no final de abril e início de maio.

Antecipação do 13º

O decreto com a antecipação do benefício foi assinado em março. Este é o 3º ano seguido em que os segurados do **INSS** recebem o 13º antes das datas tradicionais, em agosto e dezembro.

O valor da segunda parcela corresponde a metade do valor do benefício mensal. Desta parcela, no entanto, será descontado o Imposto de Renda para os trabalhadores que têm que pagar o tributo.

Confira abaixo os calendários de pagamento dos benefícios. Eles levam em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Quem recebe

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

LEIA TAMBÉM:

Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087  
Veja calendário de benefícios  
Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar os benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para download para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/27/13o-do-inss-veja-quem-recebe-a-segunda-parcela-nesta-sexta.ghtml>

# INSS acumula 1,1 milhão de perícias e dará benefício só com atestado

## Economia

### / Do R7

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) chegou a 1,1 milhão de perícias agendadas para os próximos meses, após a greve de funcionários e peritos médicos que durou quase dois meses. Para reduzir a fila, o governo federal anunciou um plano de atendimento. A expectativa é que, em 90 dias da implementação das medidas, os agendamentos para a realização de perícia médica já estejam normalizados.

A principal medida é análise documental com base em atestados médicos para afastamentos de até 90 dias. Ou seja, o segurado não precisará fazer a perícia presencial. Essa medida atenderá localidades com escassez ou falta de médicos peritos, com tempo de espera para perícia médica superior a 30 dias.

Uma portaria estabelecendo as regras para a perícia a distância será publicada no Diário Oficial da União. As medidas foram definidas em reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social**, nesta quinta-feira (26).

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, os médicos peritos se comprometeram a repor os dias parados e trabalhar para reduzir o estoque de perícias não realizadas em decorrência da greve. Serão realizadas perícias extraordinárias, mediante pagamento de bônus de R\$ 61,72, além de mutirões para atender a população.

"A ampliação do uso da teleavaliação pericial será outro recurso utilizado para reduzir as perícias represadas. Acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e Previdência e o **INSS** implementou um projeto piloto com o uso da telemedicina em 10 municípios, com população entre 10 e 15 mil habitantes, que não dispunham de perícia médica presencial", afirma a pasta em nota.

A perícia é obrigatória para o segurado receber benefícios que dependem de avaliação médica. Entre eles, estão o auxílio-acidente, auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), aposentadoria por

incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez), além do BPC (Benefício de Prestação Continuada), aposentadoria da pessoa com deficiência e aposentadoria especial.

O **INSS** afirma que os segurados que não conseguiram passar pela perícia médica por causa da greve dos servidores da categoria devem reagendar seus atendimentos. As orientações para remarcação das perícias não realizadas em razão da greve estão neste link .

O governo tenta implantar a perícia médica a distância em alguns benefícios, com envio de atestado pela internet, como já ocorreu na pandemia de Covid-19. A medida ampliou o impasse entre o **INSS** e a ANMP, que é contra.

A medida provisória 1113, publicada no último dia 20 de abril, prevê a possibilidade de deferimento de auxílio-doença (ou auxílio por incapacidade temporária) independentemente da perícia médica federal, apenas com análise documental.

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/inss-acumula-11-milhao-de-pericias-e-dara-beneficio-so-com-atestado-27052022>

# Congresso corre contra o tempo para avançar em agenda no ano eleitoral - FOLHA POLITICA

**Carol Brito**

O ano eleitoral costuma ser um período de baixa nos trabalhos do legislativo. Focados na campanha de reeleição ou fortalecimento dos seus grupos políticos, parlamentares voltam o seu foco na agenda eleitoral, deixando as atividades do Parlamento para depois de outubro. No Senado Federal, já há um esforço para adiantar a pauta de votações da Casa Alta para serem destravadas no próximo mês. Na próxima semana, a Casa Alta vai focar no debate para colocar em pauta a votação das indicações de autoridades e dos impactos do projeto de piso salarial dos enfermeiros. Contudo, pautas estruturantes vão passar, novamente, por mais uma nova legislatura sem respostas.

Uma delas é a **reforma tributária** que foi alvo de diversas articulações nos últimos cinco anos, mas não conseguiu avançar. Existe uma expectativa em torno da votação da PEC 110, que altera o sistema tributário, extinguindo **tributos** e criando o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS).

Uma articulação com líderes tenta levar a pauta a ser votada, ao menos na Comissão de Constituição e Justiça. Contudo, a mudança pontual ainda está longe do projeto tributário amplo estruturado que o Brasil precisa. Outra agenda que deve ficar para o próximo ano pode ser o debate sobre privatizações. Um tema espinhoso e que costuma a trazer dor de cabeça para legisladores, certamente será adiada para o próximo governo.

Com tantos assuntos guardados na gaveta, resta aguardar quais votações ainda vão sair neste semestre e aguardar por novidades apenas com o novo Congresso eleito.

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2126/27-05-2022/>

# Aprovada MP que fixa o salário mínimo de R\$ 1.212

## AGÊNCIA SENADO

O Plenário do Senado aprovou ontem a MP 1.091/2021, que fixou o valor do salário mínimo em R\$ 1.212 desde 1º de janeiro de 2022. Com a aprovação, a MP segue para promulgação do presidente Jair Bolsonaro.

O crescimento da fome e da miséria no Brasil nos últimos anos foi bastante discutido pelos senadores durante a votação da medida provisória. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, elogiou a relatora, Soraya Thronicke (União-MS), por manifestar que o valor pequeno do mínimo é um problema grave da sociedade brasileira, mas é menos debatido do que "querelas ideológicas em redes sociais".

"O Brasil vive uma dico-tomia entre problemas reais e problemas criados com objetivos eleitorais e oportunistas. Os problemas reais, que precisam de soluções verdadeiras, são os dois dígitos: dois dígitos na **inflação**, nos juros, no desemprego e na gasolina, que se aproxima de R\$ 10 já em algumas cidades. Esses são os problemas reais. E há os problemas criados como cortina de fumaça pra esconder os problemas reais", alertou Pacheco. O senador Jorge Kajuru (Po-demos-GO) apresentou emenda para que o mínimo passasse a ser de R\$ 1.300 a partir de julho. Soraya Thronicke chegou a negociar esse aumento com o Ministério da Economia, mas mas a pasta vetou.

### Site:

[http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_666CA6DD588FC81E65BFB23C343F47544656230F95691114F501015066BB2A584F93911733AB358B86F2976B0D4D3C1356CE42DE73FC075CD42F05EB546519B690A432297ADC5F603CAB60A0C4DFE33E477B09452722E6F3BD0673352ED3F0C153A4097C0644D04692892F730F3E012014D80577FEB7E71A81418A](http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_666CA6DD588FC81E65BFB23C343F47544656230F95691114F501015066BB2A584F93911733AB358B86F2976B0D4D3C1356CE42DE73FC075CD42F05EB546519B690A432297ADC5F603CAB60A0C4DFE33E477B09452722E6F3BD0673352ED3F0C153A4097C0644D04692892F730F3E012014D80577FEB7E71A81418A)

# Caderneta de poupança - MEU DINHEIRO

**Carlos Eduardo Costa**

Há alguns anos, a poupança era a única alternativa para brasileiros que tinham bom controle financeiro e conseguiam fazer sobrar um valor ao fim do mês. Outras alternativas ficavam restritas a quem tinha muito dinheiro investido.

Hoje, apesar do leque enorme de possibilidades para investir o dinheiro, a caderneta continua sendo o destino principal da maior parte das economias dos brasileiros. O principal problema é que a poupança não tem garantido rentabilidade capaz de superar a **inflação**: o dinheiro guardado perde poder de compra.

E qual é a rentabilidade da caderneta atualmente?

Como a Selic - a taxa básica de juros - está acima de 8,5% ao ano (hoje está em 12,75%), a rentabilidade é a mesma de antes das mudanças em 2012. Ela rende 0,5% ao mês mais a TR. Isso dá cerca de 6,17% ao ano, bem abaixo da **inflação**, que foi de 10,06% no ano passado e deve ficar em patamar bem próximo em 2022.

O que fazer, então? Em qualquer corretora é possível encontrar várias opções, que garantam rendimento superior.

Não é preciso demonizar a caderneta de poupança como fazem quase todos os especialistas em finanças.

Isso porque ela representa o primeiro passo na direção de uma vida financeira mais saudável e é a única alternativa para muitas famílias que não têm conhecimentos para acessar plataformas de investimentos.

Essas pessoas precisam, então, de mais esclarecimentos, e não recriminação. Ainda mais por estarem em situação melhor que boa parte dos brasileiros, que não guardam dinheiro algum.

E você, guarda o seu dinheiro na poupança?

E que 2022 traga mais felicidade e prosperidade!

E com muita educação financeira!

Curta nosso perfil no Instagram : @meu.dinheiro.

**Site:**

**<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/2/edi>**

**coes/16722**



# Reajuste de 15,5% nos planos de saúde vai afetar 8 milhões de contratos

*michelle portela*

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou reajuste de até 15,5% nos planos de saúde individuais e familiares para o período de maio de 2022 até abril de 2023. É o maior aumento desde 2000. O percentual é o máximo que poderá ser aplicado sobre as mensalidades, que haviam sido reduzidas em 8,19%, no ano passado, por conta da pandemia - com as restrições à circulação de pessoas o número de procedimentos médicos caiu em 17%.

Em março passado, o Correio antecipou que analistas e o mercado esperavam um reajuste entre 15% e 18,2%, o que superaria com folga o recorde de 2016. Segundo a ANS, o reajuste vai englobar cerca de 8 milhões de contratos, que correspondem a 16,3% dos consumidores de planos de assistência médica no Brasil. A decisão será publicada hoje no Diário Oficial da União.

A decisão da agência não vale para os planos coletivos e empresariais, que constituem a maioria dos convênios médicos em vigor no país. Nesse caso, o valor das mensalidades não é controlado e deve ser definido por meio de negociação entre as operadoras » » michelle portela de planos de saúde e as empresas ou entidades que patrocinam os convênios para seus empregados ou associados.

De acordo com a ANS, o reajuste dos planos individuais poderá ser aplicado pela operadora a partir da data de aniversário do contrato, ou seja, no mês da contratação do plano. De acordo com a agência, o percentual de aumento reflete o crescimento do número de atendimentos e procedimentos médicos depois do relaxamento das restrições à circulação de pessoas.

"O índice de 2022 resulta da variação das despesas assistenciais ocorridas em 2021 em comparação com as despesas assistenciais de 2020", informou a ANS.

A partir do anúncio do teto máximo de reajuste, os beneficiários de planos individuais e familiares devem ficar atentos aos boletos de pagamento e observar se o percentual aplicado é igual ou inferior ao definido pela ANS (15,5%), e se a cobrança com o índice de reajuste está sendo feita a partir do mês de aniversário do contrato, que é aquele em que o contrato foi

firmado.

Vida mais difícil

Professor de economia da saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), Giacomino Balbinotto explicou que o reajuste nessa faixa já era esperado por especialistas do setor.

O aumento deverá impactar uma população de 49,1 milhões de pessoas e deverá tornar mais difícil a situação de famílias já pressionadas pela **inflação** e pelo achatamento da renda desde o início da pandemia.

"O reajuste se deve à **inflação** alta, com aumento nos custos de serviços e equipamentos médicos, que sofrem também pressão com o câmbio e a desvalorização do real frente ao dólar. No entanto, esse reajuste irá pegar trabalhadores e famílias ainda em um momento de muita fragilidade", explicou Balbinotto.

O aumento das mensalidades pode, ainda, levar muitos usuários a desistir da permanência no plano de saúde. "Isso vai impactar de forma significativa o Sistema Único de Saúde (SUS), que terá de arcar com maiores custos com exames clínicos e internações.

Então, o efeito desse reajuste, embora necessário para manter a sustentabilidade das empresas, vai fragilizar ainda mais essas famílias", avaliou o professor.

"Cabe lembrar que há uma população relativa mais vulnerável, formada por idosos, que já paga valor elevado para essas faixas. O plano, com certeza, vai ficar mui

# Dólar recua 1,2% e vai a R\$ 4,76 com bom humor nas Bolsas dos EUA

Em uma sessão marcada pelo bom humor dos investidores em escala global, o dólar perdeu terreno frente ao real nesta quinta-feira (26), enquanto as Bolsas tiveram um dia de valorizações expressivas.

A moeda americana encerrou os negócios em queda de 1,24%, cotada a R\$ 4,7610 para venda, no menor valor desde 20 de abril (R\$ 4,619). O DXY, índice que mede a força do dólar contra uma cesta de moedas, recuou 0,3%.

Na Bolsa brasileira, o índice Ibovespa marcou ganhos de 1,18%, aos 111.889 pontos, impulsionado por altas destacadas da Cielo e do setor de saúde.

No mercado local, o maior destaque de alta no dia ficou por conta da empresa de máquinas de pagamento Cielo, que viu as ações saltarem 11,6%, após o JP Morgan revisar de neutra para compra a recomendação para os papéis da empresa, com preço-alvo de R\$ 5 em dezembro, o que embute um potencial de valorização de 23,7%.

Uma participação de mercado relativamente estável em torno de 26% nos próximos trimestres, o aumento nas taxas cobradas dos lojistas e disciplina nos custos foram apontadas pelos analistas do banco americana entre as principais razões para a melhora na percepção sobre o ativo.

Também se destacaram entre as maiores altas da Bolsa nesta quinta as ações do setor de saúde, depois que a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) aprovou um reajuste de 15,5% nos planos de saúde individuais e familiares.

O índice ficou dentro do esperado pelas empresas do setor e marca o maior aumento desde 2000, ano em que a autarquia foi fundada.

Na esteira do anúncio, as ações da Rede D'Or emplacaram forte alta de 6,15%, enquanto as da SulAmérica avançaram 5,41%. Já Hapvida subiu 5,22%, e Fleury, 3,35%.

No mercado global, a redução da aversão ao risco já verificada na sessão passada se estendeu nesta quinta entre as principais Bolsas.

Na véspera, a ata da última reunião de política

monetária do Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) trouxe alívio aos agentes de mercado, ao confirmar a intenção de novos aumentos de 0,50 ponto percentual nos juros americanos.

Preocupações dos investidores sobre a possibilidade de a autoridade monetária dos Estados Unidos ter de apertar o ritmo de altas estiveram entre as principais razões para as quedas das Bolsas americanas verificadas nos últimos dias.

Dados divulgados nesta quinta sobre o **PIB** (Produto Interno Bruto) americano, indicando uma queda de 1,5% de janeiro a março, também contribuíram para a alta das ações, com o desempenho da economia nos Estados Unidos reforçando a percepção dos agentes de mercado sobre um aperto mais suave das condições monetárias na região.

Nas Bolsas americanas, o S P fechou em alta de 1,99%, enquanto o Dow Jones avançou 1,61%, e o Nasdaq, com maior concentração de ações de tecnologia, teve valorização de 2,68%.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49924&anchor=6456624&pd=d7e420a21b9675642da32b3a2b1104ed>

# Regulamentação do mercado cripto (Artigo)

26/05/2022 - 20:50

Filipe Ribeiro Duarte e Maísa Beatriz Evangelista

Especialistas em Direito Digital e Novas Tecnologias do Martinelli Advogados

O mercado de criptoativos movimenta atualmente bilhões de reais no Brasil e no mundo. Cifras tão altas atraem golpistas e, dada a natureza das transações, podem estimular atividades ilícitas, como lavagem de dinheiro e financiar o terrorismo. Para se ter uma exata noção da abrangência do risco, entre 2020 e 2021, investidores perderam cerca de R\$ 6,5 bilhões por fraudes e roubos envolvendo criptomoedas.

Com o objetivo de regular esse mercado, o Senado aprovou o texto substitutivo para o Projeto de Lei 4.401/2021, que regulamenta e disciplina o mercado de criptomoedas no Brasil, e dispõe sobre diretrizes a serem observadas pelas plataformas virtuais na prestação de serviços e negociação de ativos virtuais. O texto segue para a Câmara dos Deputados para nova votação considerando as alterações no conteúdo original. Caso seja aprovado, o PL trará repercussões significativas ao setor.

As primeiras repercussões passam pela definição de alguns conceitos importantes. Segundo o PL, quem realizar a troca ou transferência de ativos virtuais por outros ativos ou moedas em geral, administrar ou custodiar tais ativos e, inclusive, participar de serviços que ofertem ativos virtuais (criptomoedas) estará sujeito à nova lei.

Outra importante mudança é a necessidade de autorização para funcionar. Ainda não está claro junto a qual instituição a autorização será necessária, mas os principais candidatos são o Banco Central ou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Pelo PL, caberá ao Poder Executivo definir qual órgão da Administração Pública Federal será o responsável pela autorização prévia necessária para o funcionamento e fiscalização dos prestadores de serviços de ativos virtuais.

Ainda que não se tenha uma definição do responsável, o PL abre espaço para que a autoridade exija o cumprimento de requisitos e normas específicas para ofertar ou negociar criptomoedas. Seja em razão da incerteza quanto à autoridade responsável, mas também em virtude de quais serão tais exigências, o PL estabelece que a autoridade poderá conceder

prazo de seis meses para que os interessados se adequem às futuras (e incertas) exigências.

Porém, algumas obrigações e temas já constam no PL. A título de exemplo, serão exigidas de quem negociar tais ativos digitais a adoção de boas práticas de governança, transparência nas operações, gestão de riscos, segurança da informação, proteção de dados pessoais, prevenção à lavagem de dinheiro e combate à organização criminosa. Em resumo, as instituições que optarem pela prestação de serviços de ativos virtuais deverão possuir, em sua estrutura, diretrizes de compliance definidas e mecanismos de proteção à privacidade e dos dados pessoais envolvidos na operação.

O PL ainda contém dois pontos que merecem atenção. O primeiro, é a inclusão, no Código Penal, do artigo 171, que trata do crime de fraude em prestação de serviços de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros. A nova previsão busca atingir situações envolvendo pirâmides financeiras no mercado de criptomoedas, como recentemente tem sido divulgado pela mídia.

Por fim, é sabido que a mineração das moedas digitais responde por parcela crescente e considerável do consumo de energia elétrica. Com o avanço de pautas de sustentabilidade, muitas vezes puxadas pelas discussões envolvendo práticas de ESG que objetivam assegurar uma operação socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada, há uma cobrança acerca da sustentabilidade dos negócios digitais.

Se depender do PL, a tendência é que o mercado de criptomoeda e energia de fontes renováveis e sustentáveis andem lado a lado. Isso porque o PL estabelece a isenção de **impostos** de importação aplicável a dispositivos eletrônicos e softwares pelas prestadoras de serviços envolvendo criptomoedas, caso elas confirmem a utilização de fontes renováveis na mineração das moedas digitais.

Ainda faltam alguns trâmites, mas a tendência é que tenhamos a versão final do PL para sanção ainda em 2022, em virtude da importância econômica do tema. Além disso, o PL segue a linha de legislações similares e recentes, como a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados, ao optar por não estabelecer no texto de lei obrigações que possam ficar defasadas com o passar do tempo, deixando para o eventual órgão regulador a definição de algumas dessas

obrigações.

Por outro lado, com o PL, o Brasil avança na regulamentação de um tema de repercussão global, estabelecendo junto aos players do mercado mais segurança jurídica para a operação de criptomoedas. Por isso, o projeto deve ser acompanhado de perto por aqueles que hoje atuam ou pensam em atuar no mercado de criptomoedas.

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/27-maio-2022/1o-caderno>

# Duas federações são aprovadas

**FELIPE PONTES**

ALIANÇAS

FELIPE PONTES

Agência Brasil, Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou ontem, por unanimidade, a criação de duas novas federações partidárias. A primeira une os partidos PSDb e Cidadania. A outra envolve Psol e Rede.

As federações partidárias são diferentes das antigas coligações, que permitiam alianças somente durante as eleições. Na federação, os partidos que se unirem antes de uma eleição devem permanecer juntos por no mínimo quatro anos, período do mandato.

Outra diferença é que na federação são compartilhados programa, estatuto e direção comuns. Tudo deve ser aprovado pelo diretório nacional de cada partido, em processo eleitoral. A legislação prevê ainda que deve haver afinidade ideológica entre as agremiações.

A formação de federações foi aprovada pelo Congresso em agosto do ano passado. Na prática, a medida veio salvar siglas que corriam o risco de não cumprir a cláusula de barreira, instrumento que restringe o acesso ao Fundo Partidário e ao horário gratuito de TV e rádio para os partidos com baixo desempenho eleitoral.

O prazo para o registro de federações partidárias termina em 31 de maio, conforme estipulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Até lá, cabe ao TSE verificar se foram cumpridos os requisitos formais e aprovar o estatuto das federações.

Quinta-feira, o Psol e a Rede pediram uma liminar (decisão provisória) para registrar sua federação, que ainda não recebeu da **Receita Federal** o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), um dos requisitos formais. O pedido foi aprovado por unanimidade pelo TSE.

No caso de PSDB e Cidadania, as negociações se prolongaram desde fevereiro, e a formação da federação foi selada no início deste mês.

PSDB se uniu ao Cidadania; Psol e Rede também formalizaram federação

**Site:**

**[http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_666CA6DD588FC81E65BFB23C343F47544656230F95691114F501015066BB2A584F93911733AB358B86F2976B0D4D3C1356CE42DE73FC075CD42F05EB546519B690A432297ADC5F603CAB60A0C4DFE33E477B09452722E6F3BD0673352ED3F0C153A4097C0644D04692892F730F3E012014D80577FEB7E71A81418A](http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_666CA6DD588FC81E65BFB23C343F47544656230F95691114F501015066BB2A584F93911733AB358B86F2976B0D4D3C1356CE42DE73FC075CD42F05EB546519B690A432297ADC5F603CAB60A0C4DFE33E477B09452722E6F3BD0673352ED3F0C153A4097C0644D04692892F730F3E012014D80577FEB7E71A81418A)**

## Fome de crescimento (Editorial)

Miséria e fome são conceitos associados, embora as medidas de uma e outra variem. Define-se comumente a miséria como a falta da renda necessária para um consumo mínimo de nutrientes, o que envolve cálculos complexos. De modo mais simples, pode-se detectar a fome apenas perguntando a quem a vivência ou a teme.

Com base em questionários globais, a ONU detectou o aumento da insegurança alimentar no mundo e no Brasil. Segundo o mais recente relatório da entidade, o percentual de pessoas que declaram ter tido dificuldade para comprar comida nos últimos 12 meses subiu no planeta de 23%, no período 2014-16, para 27,6% em 2018-20.

Na mesma comparação, a taxa brasileira passou de 18,3% a 23,5%. Se levada em conta apenas a insegurança considerada severa, as taxas mais recentes no documento são de 10,5% no mundo e 3,5% aqui.

O impacto devastador da pandemia de Covid-19 foi a explicação mais óbvia e geral para a piora no ano retrasado. Mas há fatores que variam conforme a região, incluindo guerras, turbulências políticas, mudanças climáticas e catástrofes naturais. No Brasil, a causa principal é o mau desempenho econômico desde a recessão de 2014-16.

Um novo trabalho da FGV Social, a partir de dados da pesquisa global Gallup (que também é referência para a ONU), aponta uma insegurança alimentar de 36% no país ao final de 2021, ligeiramente acima da média mundial de 35%.

As cifras podem variar conforme a metodologia, mas a tendência é indiscutível-e coerente com a fragilidade da economia. Nos últimos oito anos, o Produto Interno Bruto nacional encolheu em 1,6%. No mesmo período, a renda média por habitante, em valores corrigidos pela **inflação**, caiu de R\$ 44,1 mil para R\$ 40,7 mil anuais.

Depois da crise provocada pelo colapso das finanças públicas sob Dilma Rousseff (PT), o **PIB** apresenta taxas baixas de crescimento, o que deve se repetir neste ano depois de superada a contração da pandemia. Agora, é Jair Bolsonaro (PL) quem segue a trilha da irresponsabilidade econômica.

A agravar o quadro, a **inflação** crescente no mundo como efeito da Covid-19 e da guerra na Ucrânia atinge

com força os alimentos e, portanto, a população mais pobre do país. Em tal contexto, reduz-se drasticamente a eficácia dos programas de **seguridade social**, em particular do Auxílio Brasil, na superação da miséria e da fome.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49924&anchor=6456624&pd=d7e420a21b9675642da32b3a2b1104ed>